

FALA! Intersindical

Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário da ELETROBRAS CGT ELETROSUL
SENGE/SC - SAESC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS/SC



No dia 20 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou Medida Provisória – MP 1031/21. Apelidada por alguns de MP do APAGÃO.

Com o objetivo de viabilizar a privatização da Eletrobras, a MP 1031/21 irá disponibilizar à investidores 30% da geração de energia no País.

Todos os destaques apresentados na plenária ao texto do relator, Dep. Federal Elmar Nascimento (DEM-BA), foram rejeitados. Não há novidades. Os habituais parcos argumentos somados a narrativas antigas jamais conseguiriam alterar a tendência clara pela aprovação. No entanto, há esperanças de que até 22/06/2021, o senado federal possa rever este grande equívoco.

Por certo, a Eletrobras é uma empresa estratégica para o Brasil. Trata-se da maior holding de energia elétrica latina americana.

O modelo aprovado na MP do APAGÃO, estabelece o prazo de exploração de 30 anos a ser contado a partir da assinatura dos novos contratos, para as usinas do grupo de empresas da holding. Com a sanha arrecadatória o governo federal espera juntar R\$ 100 bilhões com esta privatização. Segundo especialistas do setor, o aumento de tarifa será inevitável, além do risco do apagão, como aconteceu recentemente no Amapá, que gerou grandes transtornos à sociedade local.

Soma-se a isto o assédio de maus políticos de plantão – e que ainda possuem influência sobre as diretorias da empresa – essa decisão poderá gerar uma forte insegurança energética que por consequência fragilizar /uma eventual e maior perspectiva de crescimento do país.

Como citado acima, o dep. Elmar, relator da MP, incluiu um dispositivo para permitir aos empregados demitidos na reestruturação da empresa optar, em até seis meses da demissão, pela compra de ações com o dinheiro da rescisão trabalhista, a um preço equivalente ao de cinco dias antes da edição da MP (fevereiro). A União poderá ainda aproveitar os empregados em outras empresas do setor que continuarem sob seu controle, como Itaipu.

A operação acionária de capitalização da Eletrobras só ocorrerá após a transformação da MP em forma de Lei, mas o BNDES já pode iniciar os estudos para a emissão das novas ações.

Mesmo após a capitalização, as garantias concedidas pela União à Eletrobras e a suas subsidiárias continuarão valendo para os contratos firmados anteriormente.

O ministro Bento Albuquerque tem vendido que o processo de privatização da Eletrobras pode ser um modelo para outras privatizações. O perigoso equívoco pode se tornar realidade e em Brasília o ambiente político é favorável.

Cabe a sociedade organizada, auxiliada por um corpo técnico que tenha razoável conhecimento do Setor Elétrico Brasileiro, apontar os equívocos dessa iniciativa e tentar junto aos Senadores, dar outro rumo a este valioso patrimônio nacional.

A começar apontando o valor real das 48 usinas hidrelétricas, onde algumas com reservatórios extremamente relevantes para a sociedade brasileira. Falamos do domínio ou controle da água, cujo valor é de difícil mensuração. Seja para a regularização em prol da otimização energética, seja para usos múltiplos - e com o advento do crescimento da energia fotovoltaica - terá importância ímpar se operada para firmar energias intermitentes.

Outro ponto observado pelos especialistas é o arcabouço existente de Linhas de transmissão estruturantes, que interligam um país de dimensões continentais, garantindo energia de qualidade e estável para todos os brasileiros. Também podemos ressaltar as interligações com países fronteiriços, que garantem boas e necessárias relações diplomáticas.

Também não podemos esquecer as fibras óticas, onde as Empresas Furnas, Chesf, Eletro-norte e CGT Eletrosul são cedentes e cujo valor de mercado é obscuro e recheado de outros interesses...

Compete-nos, na urgência que o caso requer, a missão de mostrar a verdade com objetividade e identificar os bons frutos que este patrimônio público e estratégico pode continuar dando a sociedade brasileira.

Esta Intersindical permanece constantemente trabalhando em prol dos interesses de seus Representados.

INTERSINDICAL NA REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS SUAS CATEGORIAS E NA DEFESA DE TODOS OS EMPREGADOS DA ELETROBRAS / CGT ELETROSUL

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SAESC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS/SC